



INTERNATIONAL
RIGHTS OF NATURE
TRIBUNAL

UM NOVO COMPROMISSO COM A MÃE NATUREZA

UNFCCC COP30, Belém, Brasil, novembro de 2025

Ao longo dos seus primeiros dez anos de existência, o Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza acumulou provas, proferiu sentenças, construiu redes de defesa e resistência entre os Povos Indígenas, as comunidades locais e campesinas e os movimentos que se relacionam com a Mãe Terra de forma respeitosa e solidária, contribuindo simultaneamente para a elaboração e aplicação dos elementos da Mãe Terra, denominados neste compromisso os Direitos da Natureza, como uma nova ética, paradigma e horizonte civilizacional. No último ano, focamos nossa atenção em uma das principais ameaças aos Direitos da Natureza e aos de seus guardiões e protetores: a expansão exponencial do extrativismo fóssil e da mineração em grande escala, sob o pretexto de energia “verde” e transição “justa”.

Em Nova Iorque, em setembro de 2024, ouvimos as vozes dos ecossistemas ameaçados pela economia dos combustíveis fósseis e pelo capitalismo, e dos movimentos que resistem e praticam alternativas. (1) Em Toronto, em março passado, denunciemos os impactos das atividades das empresas mineiras canadianas que operam globalmente na extração e em setores mineiros essenciais para a transição energética. (2)

Hoje divulgamos nossos julgamentos e lançamos este “Novo Compromisso com a Mãe Natureza” como uma contribuição à plataforma dos movimentos que se reuniram na Cúpula dos Povos e à comunidade internacional e aos governos reunidos na COP30.

Os desafios que enfrentamos

A própria vida está em perigo e seu destino é incerto.

O aumento do nível do mar, as secas que prejudicam ou arruinam as colheitas, as tempestades que causam inundações brutais, a crise hídrica causada pelo recuo das geleiras e pela falta de chuvas, a poluição e a acidificação dos oceanos, as ondas de calor que matam milhares de pessoas e provocam incêndios florestais em massa em épocas e latitudes antes inimagináveis

estão inequivocamente associadas às atividades humanas que causam as mudanças climáticas, um dos fatores do colapso ecológico global. Esta situação está a ter um duplo impacto severo nas populações mais pobres e nas que mais dependem dos ecossistemas e funções naturais, ao mesmo tempo que coloca toda a humanidade e a vida em risco, atingindo um ponto de inflexão ao qual as nossas instituições democráticas enfraquecidas não estão a responder de forma eficaz.

Estamos em uma encruzilhada e precisamos assumir a responsabilidade pela forma como a evolução criativa da vida foi interferida, causando o colapso do equilíbrio ecológico do planeta - a Mãe Terra. Sem uma mudança rápida e radical de direção, apenas alguns sobreviveram ao colapso ecológico e social em que estamos imersos. Ao mesmo tempo, milhões de espécies com as quais compartilhamos a Terra estão em risco de extinção.

Não podemos e não aceitaremos esse destino.

Pela paz entre os seres humanos e com a Mãe Natureza e todos os seres vivos.

Todos nós fazemos parte da Terra, uma comunidade indivisível e viva de seres inter-relacionados e interdependentes, com um destino comum, mas com diferentes condições existenciais e direitos. As múltiplas crises que estamos enfrentando têm suas raízes nos sistemas econômicos, políticos, jurídicos e sociais estabelecidos pelas culturas industriais e orientadas para o crescimento que dominam o mundo hoje, incluindo o capitalismo, juntamente com o patriarcado, o racismo e o antropocentrismo.

Apelamos a uma mudança civilizacional profunda e rápida, afastando-nos do paradigma dominante atual que considera a própria vida como uma fonte de lucro e crescimento ilimitado, e um espaço para a mercantilização da vida, conquista, dominação, militarização e violência. A paz entre os seres humanos, que por sua vez implica a paz com a Mãe Terra, só pode ser alcançada se pararmos todos os processos que geram danos irreversíveis ao meio ambiente, afetando as comunidades e toda a humanidade, configurando, em muitos casos, crimes de ecocídio que muitas vezes andam de mãos dadas com o genocídio.

Tal mudança de direção nos permitiria, simultaneamente, mitigar os impactos desse colapso, proteger a biodiversidade, proporcionar reparações, ao mesmo tempo em que criamos novas formas de coexistência que respeitem os ciclos ecológicos e as condições de vida na Terra, com base nos direitos da natureza e dos povos, bem como na justiça social.

Cientes da magnitude de nossa tarefa coletiva, destacamos alguns elementos-chave de um caminho necessário rumo a novos horizontes civilizacionais.

Reconhecer os direitos da natureza e da Amazônia

Os Direitos inerentes da Natureza, sempre acompanhados dos Direitos Humanos, e os Direitos Coletivos dos povos indígenas, bem como os direitos coletivos dos camponeses e das comunidades locais tradicionais, oferecem-nos caminhos para enfrentar o colapso ecossocial, prevenir, reparar e restaurar os danos causados, bem como empoderar e construir todas as alternativas possíveis que garantam uma vida digna para os seres humanos e não humanos. Por isso, aplaudimos o Parecer Consultivo OC-32/25 da Corte Interamericana de Direitos Humanos

(CIDH) que, pela primeira vez, reconhece a Natureza e seus componentes como sujeitos de direitos. (3)

Situando nossas elaborações e propostas neste local, Belém, escolhido pelo governo brasileiro para sediar a COP30, como símbolo da importância da Amazônia, denunciemos os impactos atuais e futuros da expansão da fronteira extrativista, do desmatamento, dos combustíveis fósseis e da mineração em grande escala.

A principal causa da destruição da Amazônia é o fato de que a sociedade dominante considera a Amazônia como uma reserva de recursos naturais que deve ser explorada. Pelo contrário, acreditamos que a Amazônia, com seus ecossistemas, espécies animais e vegetais, sua rica biodiversidade, suas medicinas naturais e seus ciclos vitais e reprodutivos, deve ser considerada como um sujeito de direitos, juntamente com os povos indígenas e outras comunidades que a habitam. Lançamos este apelo em várias ocasiões, com base também no trabalho que realizamos e após a visita do Tribunal à Amazônia, por ocasião do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) em 2022, que foi seguida por uma sentença do Tribunal. (4)

Juntamente com o reconhecimento da Amazônia como sujeito de direitos, pedimos uma moratória indefinida à expansão dos combustíveis fósseis na região. Nesse sentido, nos comprometemos a convocar uma sessão específica do Tribunal sobre a extração de combustíveis fósseis na Amazônia por ocasião do Pré-FOSPA, que será realizado em março de 2026 na Amazônia equatoriana.

Apelamos aos governos dos Estados amazônicos para que deem seguimento à moção recentemente aprovada no Congresso Mundial da UICN em Abu Dhabi, que

INCENTIVA os Estados e Membros da Amazônia a declarar uma “zona de não proliferação de combustíveis fósseis” que proíba a exploração e extração de combustíveis fósseis, garantindo ao mesmo tempo a participação dos povos indígenas e das comunidades locais, e dando o exemplo para as zonas que se declararem em outros pontos críticos de biodiversidade.

Reafirmamos, portanto, nosso apoio a um Tratado Internacional sobre Combustíveis Fósseis e exortamos todos os governos a se unirem aos 17 Estados-nação que atualmente participam da criação de um Tratado sobre Combustíveis Fósseis como complemento ao Acordo de Paris.

Pela justiça climática: Manter os combustíveis fósseis no subsolo, apoiar alternativas comunitárias

Nenhum direito da Mãe Terra pode ser defendido sem justiça climática e sem ações ousadas para manter os combustíveis fósseis no subsolo, seguindo o exemplo oferecido pela iniciativa Yasuni no Equador e empreendimentos semelhantes no Delta do Níger. Portanto, reafirmamos nosso apoio a um Tratado Internacional de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis e exortamos os governos presentes na COP30 a fazer o mesmo. Rejeitamos soluções falsas baseadas em mecanismos de mercado que permitem a quantificação e a mercantilização dos processos

naturais da Mãe Terra, rebatizados como “serviços ecossistêmicos” e financeirização da Natureza, tecnologias de geoengenharia ou novas formas de extrativismo sob o pretexto de “transição verde”, em favor de alternativas geradas no respeito aos seus ciclos vitais, pelas comunidades que vivem em harmonia com ela. Para alcançar isso, propomos e apoiamos medidas e estratégias múltiplas, interligadas, de curto e longo prazo, incluindo aquelas já em prática por povos e comunidades em todo o planeta, como soberania alimentar, defesa dos bens comuns, democracia radical e autodeterminação territorial, economia solidária, diversidade cultural.

Defender os defensores e defensoras da Mãe Natureza

A construção de alternativas ao modelo social dominante está intimamente relacionada à possibilidade de os Povos Indígenas, outras comunidades locais e movimentos protegerem a Mãe Terra e os ecossistemas sem correr o risco de ameaças ou assédio. Portanto, reconhecemos o papel fundamental dos Defensores da Terra, tanto a nível individual como coletivo, e não podemos deixar de lembrar as ameaças contínuas que pesam sobre os Defensores da Terra em todo o mundo e que a América Latina continua a ser o continente com o maior número de assassinatos de Defensores da Natureza. Esta é outra guerra oculta à qual os Estados-Nação devem definitivamente pôr fim, abordando as suas causas mais urgentes e, no caso da América Latina, comprometendo-se efetivamente com a implementação do Acordo de Escazú.

Mudar o paradigma, abordar as causas fundamentais, proporcionar reparações

O Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza mantém-se firme no seu compromisso de promover o desenvolvimento da jurisprudência da Mãe Terra, apoiando as comunidades e os Povos Indígenas que estão na linha de frente da defesa da Mãe Terra, bem como apelando ao respeito pelos Direitos da Natureza e à resolução das causas profundas das suas violações. Acreditamos que esses objetivos não podem ser alcançados a menos que sejam baseados na ação de seus guardiões, nas comunidades e em apelos por uma grande mudança cultural, espiritual e filosófica que reconheça os direitos fundamentais inerentes da Mãe Terra de existir, criar, restaurar, curar e buscar reparação pelos danos causados em séculos de capitalismo extrativista, uma tarefa ainda mais urgente hoje em dia, tanto para nós, humanos, quanto para os não humanos.

1. <https://www.rightsofnaturetribunal.org/tribunals/end-of-fossil-fuels-tribunal-2024/>
2. <https://www.rightsofnaturetribunal.org/impacts-of-mining-and-the-post-extractivism-era-tribunal-2025/>
3. Nas palavras do Tribunal, este reconhecimento “constitui um avanço normativo que permite reforçar a proteção da integridade e da funcionalidade dos ecossistemas a longo prazo,

proporcionando ferramentas jurídicas eficazes face à tripla crise planetária e facilitando a prevenção de danos existenciais antes que sejam irreversíveis”.

4. <https://www.rightsofnaturetribunal.org/tribunals/brazil-delegation-2022/>